

Reformas Pombalinas e a Importância Estratégica da Amazônia para a América Portuguesa

Reformas Pombalinas y la Importância Estratégica de la Amazonía para la América Portuguesa

Fabrizio da Silva Henriques

Resumo: A ascensão do Marquês de Pombal à condição de “primeiro ministro” de fato do reino português implicou uma nova política para a região Amazônica. Os esforços de centralização aplicados inserem-se numa estratégia de consolidação do poder português, resguardando a soberania sobre o território e buscando alternativas econômicas para a ampliação das receitas da metrópole. Na geopolítica pombalina, a importância amazônica ficou clara pelas reformulações administrativas, bem como pela instituição de um novo regramento para questão indígena. No mesmo sentido, as escolhas pessoais de Pombal para os postos chave na administração da Amazônia portuguesa evidenciam a importância estratégica que ele dava à região. Embora essa política tenha tido êxito no longo prazo, os custos para os povos tradicionais da Amazônia foram bastante altos, tendo em vista políticas abertas de estímulo à miscigenação e ao aportuguesamento da administração local. Assim, verifica-se uma ambivalência nas consequências da política de Pombal para a Amazônia.

Palavras-chave: Pombal. Amazônia. Geopolítica.

Resumen: *El ascenso del Marqués de Pombal al estatus de "primer ministro" de facto del reino portugués implicó una nueva política para la región amazónica. Los esfuerzos de centralización aplicados son parte de una estrategia de consolidación del poder portugués, salvaguardando la soberanía sobre el territorio y buscando alternativas económicas para la expansión de los ingresos de las metrópolis. En la geopolítica pombalina, la importancia amazónica quedó clara por las reformulaciones administrativas, así como por la institución de una nueva norma para los asuntos indígenas. En la misma línea, las elecciones personales de Pombal para puestos*

clave en la administración de la Amazonía portuguesa destacan la importancia estratégica que le dio a la región. Aunque esta política ha tenido éxito a largo plazo, los costos para los pueblos tradicionales de la Amazonía han sido bastante altos, dadas las políticas abiertas para alentar el mestizaje y el acoso del gobierno local. Por lo tanto, existe una ambivalencia en las consecuencias de la política de Pombal para la Amazonía.

Palabras clave: *Pombal. Amazonía. Geopolítica.*

1. **Introdução**

A ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, está relacionada à entronização do novo rei de Portugal em 1750, D. José I. Tratava-se de momento de inflexão império português, uma vez que aquele ano representava o ápice da projeção de poder no século XVIII (RICUPERO, 2017), após a conclusão do Tratado de Madri, negociado e assinado ainda no reinado de D. João V, o vulgarmente conhecido como o “rei-sol” português.

O reinado de D. João V coincidiu com o período de fausto da economia mineradora, o que implicou grande aumento de receita para a metrópole e uma política de prestígio que rendeu frutos na política ibérica. Por relações de casamento, o rei espanhol Fernando VI era casado com a filha de D. João V, Dona Maria Bárbara. O bom momento das relações entre os dois reinos – com a balança de poder pendendo para o lado português (GOES FILHO, 2015) –, ficou evidenciado nos ganhos obtidos pelo Tratado de Madri: a consolidação da soberania sobre o estuário amazônico e garantia da posse tanto da região das minas quanto da fronteira contínua ao sul, aí incluídos os Sete Povos das Missões, permutado pela Colônia do Sacramento na negociação encabeçada, no lado português, por Alexandre de Gusmão.

Pombal se opunha à permuta de territórios, sobretudo da cessão de Sacramento como tática negociadora (GOES FILHO, 2013). Contudo, ao assumir a administração do reino, deu os sinais necessários de que cumpriria o tratado, ao nomear a comissão demarcadora nas fronteiras Norte e Sul.

Como o foco deste trabalho está na fronteira Norte, o recorte será realizado diretamente nessa região.

O primeiro passo para maior centralização administrativa é visível já em 1751, quando da criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão (REIS, 2001). A troca da ordem dos nomes do Estado não foi em vão – atendeu a interesses estratégicos de interiorizar o controle sobre o estuário amazônico, o que implicou a mudança da capital do Estado de São Luís para Belém. Na esteira desse esforço de controle sobre o território, em 1755, é criada a Capitania de São José do Rio Negro (MONTEIRO, 2002), o que hoje corresponderia ao território do Estado do Amazonas. Ainda nas medidas de cunho administrativo-centralizador, Pombal cria, em 1771, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, desmembrando de vez o Maranhão (SOUZA, 2009).

Outros dois sinais evidenciam a importância estratégica que Pombal dava à região, ambos relacionados a indicações de familiares para postos-chave da administração da Amazônia portuguesa. Em primeiro lugar, Pombal nomeia Francisco Xavier de Mendonça Furtado, seu irmão, para o cargo de chefe da comissão de demarcação do Tratado de Madri e para governador do Estado do Grao-Pará e Maranhão (PONTES FILHO, 2000). Já em 1755, Pombal nomeia Francisco de Melo e Póvoas, seu sobrinho, para dirigir a Capitania de São José do Rio Negro (MONTEIRO, 2002).

Nesse sentido, por meio dessas ações concretas desde o início da sua gestão como ministro, Pombal busca a consolidação da soberania portuguesa sobre o estuário amazônico.

2. Metodologia

O presente trabalho é fruto de detida pesquisa bibliográfica, de cunho analítico, que procurou, por meio de análise historiográfica, identificar a estratégia de consolidação de Pombal sobre o território amazônico.

Nesse sentido, foi primordial a pesquisa tanto da historiografia brasileira tradicional quanto da historiografia amazonense, que foca, sobretudo, no desenvolvimento das políticas pombalinas no processo de desenvolvimento paulatino de uma centralização administrativa a partir da Capitania de São José do Rio Negro, que, já no Brasil imperial, se transformará na Província do Amazonas.

3. Resultado e Discussão

A política de Pombal para a Amazônia estava inserida em objetivos estratégicos maiores. Além da consolidação da soberania sobre o território, havia a necessidade de ampliar as receitas do Estado português, uma vez que a economia mineradora dava sinais de retração.

A criação das Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba insere-se nesse esforço de ampliar a diversificação econômica e de fomentar o comércio na região menos dinâmica da América portuguesa (SOUZA, 2009).

A dimensão estratégica da política pombalina para a Amazônia pode ser constatada em duas outras medidas: a imposição da língua portuguesa e o Diretório dos Índios.

Em relação à primeira, trata-se da proibição progressiva do uso da chamada língua geral – o “nheengatu” – nas comunicações em geral. Decorre dessa política a ordem de mudança de nomes indígenas para nomes portugueses nas vilas e cidades amazônicas. A própria sede da Capitania de São José do Rio Negro, anteriormente chamada Mariuá, passa a ser denominada Barcelos (MONTEIRO, 2002).

Embora a historiografia tradicional perceba essas políticas como esforço de consolidação da soberania portuguesa sobre a Amazônia – o que não deixa de ser verdade –, por outro implicou o aumento no processo de apagamento de culturas tradicionais amazônicas. A imposição da língua portuguesa e a proibição do nheengatu, que por sinal já havia sido uma língua híbrida criada pelos colonizadores, levou à invisibilização e à extinção de inúmeras línguas, sobretudo tendo em vista o caráter eminentemente oral de transmissão das línguas indígenas.

A segunda medida que revela a dimensão estratégica de Pombal para a Amazônia foi o Diretório dos Índios, implantando em 1757 (REIS, 1989).

O espaço deste trabalho é limitador, porém é necessário frisar que, ao longo de toda a colonização portuguesa, o sistema de exploração de mão de obra indígena foi objeto de inúmeras legislações. Em geral, essas produções normativas proibiam a escravização indígena, mas não de forma absoluta. Sempre havia subterfúgios políticos, instrumentalizados por ressalvas em diplomas legais ou mesmo no Direito Natural, que permitiam a hipótese da exploração forçada do trabalho indígena. Nesse aspecto, destacam-se as guerras justas contra “povos hostis”, prática que teve ampla abrangência na América portuguesa durante o período colonial e que foi autorizada até mesmo após a transmigração da Corte ao Brasil, por meio da ordem de D. João para atacar a tribo dos botocudos.

As medidas de aportuguesamento de vilas e de imposição da língua portuguesa eram medidas previstas no Diretório, que também proibiu a escravização indígena e transformou os povos tradicionais em súditos da Coroa.

Essa medida teve algumas implicações. A primeira foi a de “civilizar” o indígena ainda mais aos costumes do colonizador, por meio da imposição de vestuário, de modelos de moradia e da incorporação de sobrenomes portugueses (PONTES FILHO, 2000).

A transformação em súditos também implicava a criação de novas obrigações em relação à Coroa, como o pagamento de impostos. Além disso, e inserido igualmente no contexto de extinção das velhas categorias de “cristão novo” e “cristão velho”, Pombal estimulou o casamento entre brancos e indígenas.

Neste ponto, mais uma vez, parte da historiografia tradicional focava no esforço de centralização administrativa e de domínio sobre o território, e as medidas do Diretório, que em geral proibiram a escravização indígena, eram encaradas como uma face do despotismo esclarecido comumente associado à figura de Pombal. Contudo, vendo por outro espectro, é claro que as medidas pombalinas resultaram também no apagamento de culturas tradicionais e de populações indígenas. Sem cair no vício do anacronismo, medidas de estímulo a casamento inter-racial, proibição de uso da língua nativa e imposição de língua e modos vida (inclusive de moradia) estrangeiras seriam encaradas facilmente no rol de categorização de etnocídio.

4. Considerações Finais

A figura de Pombal é comumente visto na historiografia como o estadista que consolidou a racionalização da administração portuguesa, por meio de medidas e práticas iluministas. Tendo em conta seus objetivos, pode-se dizer que sua política para a Amazônia rendeu frutos para a formação do futuro Estado brasileiro.

A dimensão estratégica de sua política amazônica foi inédita para o período colonial. Símbolos claros desta importância atribuída à região foram evidenciadas nas constantes reformulações administrativas, com vistas à interiorizar o controle, bem como na indicação de seu irmão e seu sobrinho para postos-chave na administração da Amazônia portuguesa.

Esse ponto de vista, porém, deve ser atenuado à luz das consequências dessas políticas para quem vivia de fato na região. Dessa forma, a consolidação portuguesa sobre o estuário

amazônico, embora vencedora nos objetivos da metrópole, resultou em grande derrota para os povos tradicionais da região.

Referências Bibliográficas

REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. **Súmula de História do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2001.

REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. **História do Amazonas**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. **Lobo d'Almada – Um estadista colonial**. 3ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2006

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Capitania de São José do Rio Negro**. 4ª Ed ilustrada. Manaus: Editora Valer, 2002

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Ed. rev. e atual. Brasília : FUNAG, 2015.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Alexandre de Gusmão: o estadista que desenhou o mapa do Brasil**, in PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)**. Brasília: Funag, 2013 (vol.1).

DONGHI, Tulio Halperin. **Historia contemporânea de América latina**. 13ª Ed. Madrid: Alianza Editorial, 2008.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **Estudos de História do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2000.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**.Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2010.

Autor

Fabício da Silva Henriques

Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília. Membro da Clínica de Direitos Humanos e Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do Grupo de Pesquisa “Crítica e Direito Internacional” da Universidade de Brasília.